



Dezembro de 2023

Rui Manuel Pereira da Silva Bessa

Relatório de Monitorização e Avaliação do Impacto da Formação do Centro de Formação de Associação de Escolas de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel Plano de Recuperação de Aprendizagens



Índice

Introdução	4
1. Avaliação inicial	7
1.1. O Plano de Formação do CFAE PPP	7
1.2. Conceção do plano e dinâmicas da formação	8
2. Avaliação do Processo	11
2.1. Indicadores de realização	12
2.2. Perceções dos formandos - inquérito por questionário	12
2.3. Perceções dos formadores – relatório das AF	17
2.4. Síntese	18
3. Avaliação de Impacto	19
4. Considerações Finais	22
Referências	25
Anexos	26
Anexo 1 - Plano de Formação PRA 21/23	26
Apêndices	27
Apêndice 1 - Plano de monitorização – ESE/PPorto – Plano de Recuperação das Aprendizagens	27

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

ACD – Ações de Curta Duração

AE – Agrupamento de Escolas

AF – Ações de Formação

CFAE – Centros de Formação da Associação de Escolas

CFAE PPP – Centro de Formação de Associação das Escolas de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel

DGE – Direção-Geral da Educação

ESE/PPorto – Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto

FSE – Fundo Social Europeu

GF – Grupo Focal

IQ – Inquérito por Questionário

MAIA – Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

ME – Ministério da Educação

PADDE – Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola

PAF – Plano de Ação de Formação

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

PF – Plano de Formação

PRA – Plano para a Recuperação das Aprendizagens

POCH – Programa Operacional Capital Humano

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

Introdução

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial da Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, configurando uma situação de pandemia em março do mesmo ano, por ação do coronavírus SARS-COV-2, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, aprovou um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, de entre as quais se destaca a suspensão das atividades letivas e não letivas em regime presencial. Com vista à recuperação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário, o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 90/2021, de 7 de julho, apresentou o Plano para a Recuperação das Aprendizagens (PRA), Plano 21/23 Escola+ (<https://escolamais.dge.mec.pt>), destinado à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação. Este plano estrutura-se em três eixos de atuação com os seguintes objetivos:

- a) Eixo 1: ensinar e aprender — visa adotar medidas para que as Escolas disponham de meios pedagógicos para um desenvolvimento curricular mais flexível, assente numa maior capacidade de gestão autónoma e contextualizada, centrando-se em estratégias de eficácia demonstrada, na atividade escolar e comunitária e no apoio aos alunos, sobretudo nos anos de escolaridade e desenvolvimento de competências mais afetados pelo contexto pandémico; por outras palavras, agrega os domínios de atuação que se relacionam com as aprendizagens e o desenvolvimento de competências, com o alargamento de autonomia das escolas na gestão do currículo e na organização orientada para a melhoria das aprendizagens, bem como os recursos disponibilizados para a promoção da inclusão e bem-estar e para o envolvimento da comunidade educativa em sentido lato;
- b) Eixo 2: apoiar as comunidades educativas — visa capacitar as Escolas com recursos e meios para o desenvolvimento de medidas de natureza extraordinária no âmbito do Plano, permitindo reforçar a capacidade de resposta dos agentes educativos e das comunidades, numa ação dirigida para a melhoria das aprendizagens, para a inclusão e para o envolvimento comunitário;
- c) Eixo 3: conhecer e avaliar — visa o desenvolvimento de indicadores e instrumentos precisos destinados à monitorização do Plano, promovendo a divulgação de estratégias eficazes, estudos de eficiência, a partilha de práticas e a reavaliação das medidas adotadas a nível central, bem como em cada escola.

O Plano 21/23 Escola+ apresenta diversos objetivos estratégicos, de entre os quais se contam a recuperação das competências mais comprometidas, a diversificação das estratégias de ensino, o investimento no bem-estar social e emocional, a confiança no sistema educativo, o envolvimento de toda a comunidade, a capacitação e a monitorização do processo através da avaliação da eficiência e do impacto.

Nesse sentido, a RCM apresenta um conjunto de recomendações, que prevêm a elaboração de roteiros de acompanhamento de cada aluno em risco, sistemas de deteção

precoce do risco de insucesso, ações de rastreio, o desenvolvimento de estratégias de autocuidado, a valorização de questões relacionadas com saúde mental, social e educacional, a melhoria de práticas na gestão articulada do currículo, o uso intencional e intensivo de recursos digitais disponíveis e de qualidade no sentido de suportarem aprendizagens curriculares estruturantes, a aposta na articulação entre a escola e a comunidade e na formação contínua transformativa e o uso de provas de avaliação em várias literacias como recurso formativo.

De forma a tornar mais efetivo este conjunto de medidas e a permitir a sua implementação e o aparecimento de resultados, o Governo decidiu criar o Plano 23/24 Escola+ (<https://escolamais.dge.medu.pt>), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 80-B/2023, de 18 de julho, constituindo uma extensão do Plano 21|23 Escola+ na consolidação e na recuperação dos déficits de aprendizagem resultantes da crise pandémica. Este novo plano propõe às escolas ações específicas a serem implementadas no ano letivo de 2023/2024, com base nos resultados obtidos e na experiência adquirida.

Nesse sentido, o presente relatório institui-se como um documento que encerra todo o processo relativo à monitorização realizada no Centro de Formação de Associação de Escolas de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel (CFAE PPP) entre outubro de 2022 e dezembro de 2023, apresentando os resultados da implementação do Plano 21/23 Escola+, de forma a poder concluir-se se a concretização do plano de formação criado pelo CFAE em questão e proposto para financiamento se realizou de acordo com o previsto e de forma eficiente, tendo em consideração não só as previsões iniciais, mas também a concretização do percurso formativo. O financiamento foi assegurado, no âmbito do Eixo 4 (Qualidade e inovação do sistema de educação e formação), pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH), enquadrado e cofinanciado pelo Portugal 2020 e pelo Fundo Social Europeu (FSE), em particular no quadro do projeto POCH-04-5214-FSE-000007, que tem como objetivo desenvolver ações referentes ao Plano para a Recuperação das Aprendizagens (PRA), promovendo a formação contínua de docentes e outros agentes de educação e formação em resposta ao Aviso POCH-I4-2022-02. Das dimensões previstas neste aviso, o CFAE PPP dinamizou ações em três: recuperar com a Matemática, recuperar incluindo e capacitar para avaliar.

O processo de monitorização (Apêndice 1) envolveu várias reuniões da equipa de monitores da ESE e desenvolveu-se ao longo de três fases:

- Fase 1 – visita ao CFAE, com a recolha de informação sobre o plano de formação e entrevista à diretora para decidir as ações a monitorizar;
- Fase 2 – avaliação da execução e dos impactos da formação mediante a consulta dos questionários aplicados pelo CFAE e dos relatórios dos formadores e a concretização de grupos focais nos diferentes agrupamentos;
- Fase 3 – redação de um relatório à luz dos objetivos da monitorização e considerando todas as informações recolhidas.

O presente Relatório encontra-se, assim, organizado em quatro partes, além da Introdução. Na parte 1, apresenta-se o CFAE PPP e procede-se a uma análise crítica do seu plano de formação, das condições e das etapas da sua elaboração e do modo como procura dar resposta às necessidades de formação dos agrupamentos e às indicações da Tutela plasmadas no PRA.

As segunda e terceira partes envolvem uma avaliação do processo formativo e de possíveis impactos da formação, a curto prazo (Canha, 2013), por não existirem, em tão curto espaço temporal, condições para uma rigorosa identificação de impactos a médio ou a longo prazo. Além disso, estaremos a lidar com impactos nas representações dos formandos e não nas práticas efetivas, por não ter havido momentos de observação dos formandos em ação e reflexão posterior. Esta tarefa foi desenvolvida por amostragem, contemplando sete das trinta e três turmas que participaram em cursos, oficinas de formação e ações de curta duração (ACD) constantes do plano.

Na parte 2, procura-se avaliar a conformidade da concretização das ações face ao plano delineado. Procede-se, ainda, à análise dos inquéritos por questionário aplicados pelo CFAE aos formandos e dos relatórios dos formadores.

Na parte 3, são analisadas, precisamente, as perceções que formandos, formadores e agrupamentos construíram e veicularam sobre possíveis impactos da formação a partir da realização de grupos focais.

Trata-se, assim, de uma etapa fundamental neste processo, por permitir sugerir ações de melhoria e contribuir para a disseminação e atualização do conhecimento, funções a que se junta uma outra inerente a este trabalho: a prestação de contas (Gouveia, 2010).

Foram, neste processo, utilizados vários instrumentos e técnicas de recolha de dados, tendo em conta uma metodologia mista, de cariz quantitativo e qualitativo, no seguimento do recomendado em vários estudos (Canha, 2013; Castro & Marques, 2015; Panayiotis & Leonidas, 2013) sobre formação contínua de docentes e impactos na educação: entrevista semiestruturada à diretora; inquéritos por questionários aos formandos do CFAE; relatórios dos formadores e grupos focais com formadores e grupos focais com formandos.

Finalmente, na quarta parte, a título de síntese, tecemos algumas considerações sob a forma de recomendações para futuras ações de melhoria.

1. Avaliação inicial

A formação contínua constitui-se como fundamental para a atualização, para o aperfeiçoamento e para o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais. Os CFAE têm aqui o importante papel de dar resposta integrada a essas necessidades, que, a par das prioridades de política educativa assumidas pelas entidades financiadoras, devem constituir o suporte básico para o desenho do seu Plano de Formação (PF).

Conforme se verte na memória descritiva da candidatura e da informação da Sra. Diretora do CFAE PPP, o plano de formação foi condicionado nos seus aspetos qualitativo e quantitativo pelos pressupostos que a DGE impôs aos centros de formação.

Foram propostas trinta e uma Ações de Formação e uma Ação de Curta Duração conforme se verte no Anexo 1 deste documento.

Este processo de monitorização e avaliação de impacto relativo ao Plano de Recuperação das Aprendizagens incidu em sete turmas.

1.1. O Plano de Formação do CFAE PPP

O CFAE PPP cobre uma vastíssima extensão geográfica, que inclui dezoito Agrupamentos de Escolas (AE)/Escolas não agrupadas de três concelhos (Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel).

Além de considerar as áreas prioritárias presentes no Aviso POCH-I4-2022-02 (concurso de abertura de candidaturas no âmbito do Eixo 4 do POCH), a elaboração dos PAF contempla a identificação das prioridades de formação decorrentes da análise das necessidades formativas emanadas da avaliação das escolas e das indicações dos docentes plasmadas em contactos promovidos pelo próprio CFAE. Essas necessidades estão expressas nos Projetos Educativos, nos Planos de Ação, nos Planos Anuais de Atividades e nos planos anuais de melhoria ou de inovação dos Agrupamentos, tendo sido articuladas com o determinado no âmbito do Plano 21/23 Escola+.

Na fase de diagnóstico das necessidades, os agrupamentos apontam várias fontes informativas para as decisões tomadas. Além de questionários, são apontados, igualmente, o apoio na aplicação das novas Aprendizagens Essenciais de Matemática e o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto MAIA (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica), que tem permitido explorar, de modo produtivo, questões curriculares e pedagógicas, bem como práticas de ensino, de aprendizagem e de avaliação, sem esquecer a formação contínua e o desenvolvimento profissional dos professores (<https://afc.dge.mec.pt/projeto-maia-introducao>).

Deste modo, o portefólio formativo do CFAE PPP para este período contemplou, tal como consignado no Aviso POCH-I4-2022-02, ações em três das dimensões enunciadas no Eixo

1 do Plano 21/23 Escola+: recuperar com a Matemática, recuperar incluindo e capacitar para avaliar.

Apesar de alocadas a três secções específicas, estas formações permitem equacionar o envolvimento, nos alunos, de competências transversais, como o pensamento analítico, a resolução de problemas, a autonomia, a literacia digital, o pensamento crítico e criativo, o aprender a aprender e o trabalho colaborativo, no quadro do que é defendido, por exemplo, no *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* (PASEO) (Martins *et al.*, 2017), tendo em vista as competências dos cidadãos do século XXI. Esta nova visão do aluno figura, também, nas *Aprendizagens Essenciais* das várias disciplinas como algo a aprofundar e consolidar, objetivo que poderá ser cumprido com um planeamento adequado e com a articulação interciclos e entre níveis de ensino.

Identificadas as necessidades e definidos os objetivos, a oferta formativa do CFAE traduz-se nos PAF relativos aos anos 2022/2023 e 2023/2024, que incluem trinta e três ações. A maioria realizou-se ao longo do ano letivo de 2022/2023, embora, entre setembro e dezembro de 2023 ainda tenham ocorrido algumas ações.

As ações que fazem parte integrante da amostra são as seguintes:

PRA_01. Aprendizagens essenciais de Matemática para o 1.º ciclo do Ensino Básico – Oficina de Formação

PRA_05. Aprendizagens essenciais de Matemática para os 5.º e 6.º anos de escolaridade – Oficina de Formação

PRA_12. Aprendizagens essenciais de Matemática para os 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade – Oficina de Formação

PRA_13. As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos – Curso de Formação

PRA_17. Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula – Curso de Formação

PRA_24. Avaliação Pedagógica II: Projetos de Intervenção nos domínios do ensino, aprendizagem e avaliação – Oficina de Formação

PRA_26. PRA_26_Oficina de escrita criativa e de oralidade – Oficina de Formação

1.2. Conceção do plano e dinâmicas da formação

Os impactos da formação são, segundo Canha (2013), impactos de superfície e a curto prazo, por não existirem, em tão curto espaço temporal, condições para uma rigorosa identificação de impactos a médio ou longo prazo.

Tendo em conta a conceção do plano e dinâmicas da formação, procurámos também obter contributos das palavras da Diretora do CFAE PPP, por forma a conhecermos as dinâmicas próprias da formação desde o momento em que foi apresentado o plano para a recuperação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário e da estruturação dos três eixos de atuação, passando pela consecução das atividades

formativas e incluindo as formas de avaliação pré-existentes a este processo de monitorização. Esta entrevista permitiu-nos conhecer o modelo de gestão seguido pela Diretora do CFAE PPP, no que se refere às políticas a montante e a jusante da formação (Pinto, 2006).

No que diz respeito ao primeiro grupo de questões, relativas ao aparecimento do PRA, a Diretora do CFAE PPP tem a perceção de que o Plano, sendo imposto, nunca foi visto como tal, uma vez que o Ministério da Educação tem uma política de formação em que o PRA encaixa e que faz todo o sentido esta “orientação” uma vez que é importante haver uma definição sobre os aspetos em que a formação deve incidir. Juntamente com essas indicações, há um instrumento para recolha de necessidades das escolas muito baseado nas conclusões das avaliações das escolas e na perspetiva do sucesso educativo. Claramente temos a perceção da preocupação do CFAE PPP, de dar resposta às “orientações do ME, mas sem descurar as necessidades específicas dos AE e Escolas não agrupadas e dos seus docentes”.

Quanto ao segundo grupo de questões, mais direcionadas para a operacionalização, ficou claro que o *timing* foi longe do ideal, por um lado porque ainda estava a decorrer o Plano de Capacitação Digital de Docentes, por outro porque nem houve incentivo nem tempo para preparar a sua implementação. Acresce referir que não houve candidatura ao Plano, por isso, o CFAE PPP, apesar de um pouco condicionado, reuniu com os AE e Escolas não agrupadas, tendo sido apresentadas propostas para as três áreas que apesar de um pouco “formatadas”, despertaram grande interesse, e, conseqüentemente, uma forte adesão, esgotando as turmas em pouco tempo, nomeadamente nas Matemáticas e nas Práticas inclusivas.

Apesar dos critérios de avaliação terem sido enviados pela DGE, como cada CFAE tem os seus, não foi fácil, mas conseguiu-se um acordo, de forma a se verem respeitadas a essência do Plano.

Quanto aos formadores, sobretudo na área da Matemática do Ensino Básico, foram recrutados entre os recomendados pelo grupo de trabalho das Aprendizagens Essenciais da Matemática. Os formadores para Matemática do Ensino Secundário, foram recrutados da bolsa de formadores internos do CFAE PPP. Quanto à avaliação (Projeto MAIA), os formadores foram capacitados pela equipa central do projeto em causa. No que respeita à Educação Inclusiva, uma vez que há um trabalho realizado, nesta área pelos AE e Escolas não agrupadas, os diretores indicaram docentes que estão na prática a fazer um bom trabalho. Relativamente aos formadores, todo o processo decorreu como o desejado, muito se devendo ao trabalho colaborativo entre todos, consubstanciado em inúmeras reuniões de preparação.

De salientar, ainda, o trabalho em equipa realizado por áreas e a indicação de que todos os formadores fizeram o curso de formação de formadores.

Sublinhamos a importância que o CFAE PPP dá aos formadores e à sua formação, apostando sempre em elementos de qualidade, e, tanto quanto possível, em formadores internos, mais conhecedores da realidade e da prática, disponíveis para um sempre desejado trabalho colaborativo, em equipa, facilitando o apoio aos formandos. Ademais,

o rigor nos critérios de seleção que sempre norteou o CFAE PPP, para os formadores internos, estendeu-se ao recrutamento dos formadores externos.

Relativamente ao grupo três de questões, que apontam para a relevância desta formação e da importância de se manterem no portefólio formativo, a Diretora foi perentória ao afirmar que é fundamental a sua manutenção, por três ordens de questões: a primeira devido à elevada procura de ações de formação do PRA; a segunda, porque não se conseguiu dar resposta a todos os interessados; a terceira, atendendo à pertinência das três áreas do Plano, que estarão sempre na ordem de trabalhos e que farão sempre falta aos docentes.

A sua opinião é de que o PRA deve prolongar-se no tempo e ser reforçado. Caso não seja possível, a identidade das AF deve manter-se no portefólio formativo.

2. Avaliação do Processo

Neste capítulo, têm-se em conta, por um lado, os resultados da execução das ações de formação incluídas na amostra selecionada e, por outro lado, procura-se analisar as suas representações quanto à avaliação que fazem da consecução das atividades formativas, utilizando os inquéritos por questionário disponibilizados pelo CFAE PPP. Procura-se, igualmente, cruzar estas informações com o PAF criado pelo CFAE, avaliando a sua conformidade e realizando uma breve síntese.

Assim, num primeiro momento, iremos analisar os indicadores de realização.

No subcapítulo 2.2, identificaremos as representações construídas pelos formandos plasmadas nas respostas ao inquérito final disponibilizado pelo CFAE PPP aos formandos, logo após o término das ações.

Posteriormente, no subcapítulo 2.3, analisaremos os relatórios dos formadores para sinalizar as suas perceções relativamente ao cumprimento dos objetivos, dos conteúdos, e da metodologia utilizada, à participação dos formandos, à qualidade dos “produtos” obtidos, à perceção do impacto da formação nos formandos, aos recursos materiais utilizados e a uma apreciação global da ação.

No subcapítulo 2.4 faz-se uma leitura global dos subcapítulos anteriores.

De seguida, é apresentada a tabela 1, relativa aos indicadores dos resultados da formação que constitui a amostra deste relatório - 7 turmas.

Tabela 1- Indicadores de Resultados de Formação

Designação da Ação de Formação	Total de Formandos que concluíram a formação	N.º de formandos que desistiram ou reprovaram por faltas	% de conclusão com nível igual ou superior a Muito Bom	Classificação Média Qualitativa
PRA_01. Aprendizagens essenciais de Matemática para o 1.º ciclo do Ensino Básico	16	0	100%	Excelente
PRA_05. Aprendizagens essenciais de Matemática para os 5.º e 6.º anos de escolaridade	9	1	100%	Excelente
PRA_12. Aprendizagens essenciais de Matemática para os 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade	18	0	100%	Excelente
PRA_13. As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos	13	0	100%	Excelente
PRA_17. Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	15	2	100%	Excelente
PRA_24. Avaliação Pedagógica II: Projetos de Intervenção nos domínios do ensino, aprendizagem e avaliação	13	0	100%	Excelente
PRA_26. PRA_26_Oficina de escrita criativa e de oralidade	11	0	100%	Excelente

2.1. Indicadores de realização

Com um Plano exigente, construído em muito pouco tempo, os indicadores revelam que, relativamente à frequência, 96,87% dos inscritos concluíram a formação. Em termos de avaliação, todos os formandos que realizaram a formação concluíram-na com sucesso.

Como se pode ver no anexo 1, em termos de distribuição temporal, as oficinas e os cursos da amostra alvo de monitorização externa realizaram-se entre setembro de 2022 e novembro de 2023. As ações desenvolveram-se num período de um a sete meses.

2.2. Perceções dos formandos - inquérito por questionário

A totalidade dos formandos que frequentaram as ações de formação constantes da amostra participou no preenchimento do inquérito por questionário interno em uso no CFAE, o qual foi aplicado logo após o término da formação, pois o objetivo era verificar as consequências da sua realização na vida pessoal e profissional dos docentes dos diferentes AE (Panayiotis & Leonidas, 2013).

O total de noventa e cinco respondentes teria de se posicionar entre a classificação de 1 e 5 pontos, sendo 5 a classificação máxima a atribuir¹.

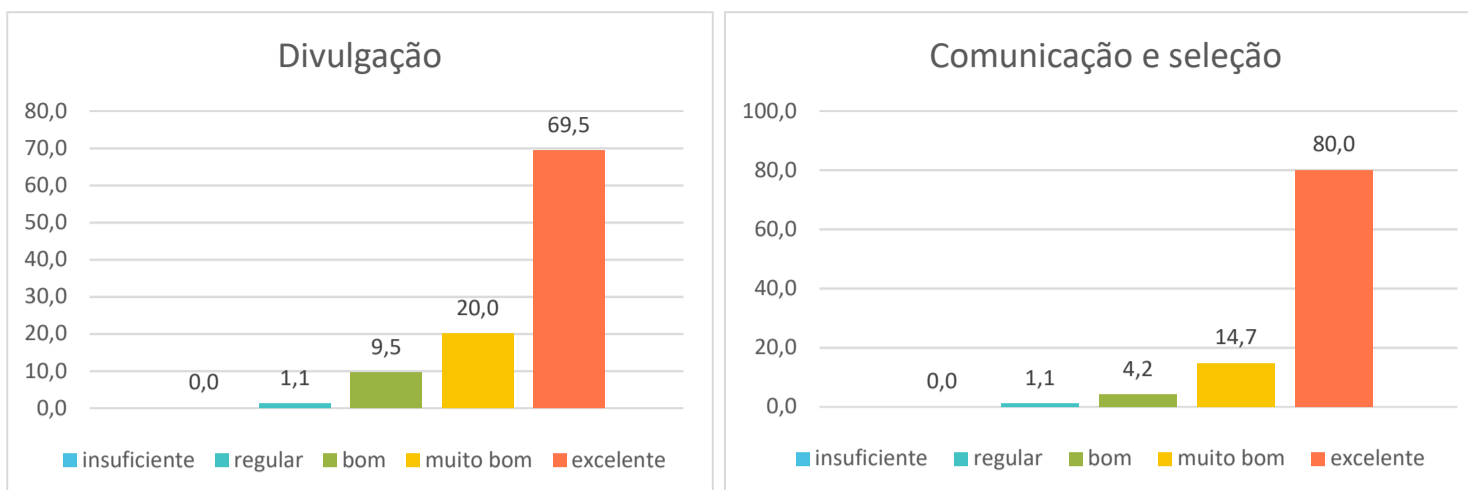
A análise proceder-se-á em cinco áreas, conforme as áreas respondidas no IQ pelos formandos:

1. Divulgação; inscrição e seleção;
2. Duração, calendarização e localização;
3. Meios e recursos;
4. Ambiente de trabalho;
5. Cumprimento de expectativas, relevância e Apreciação global

1. Divulgação, inscrição e seleção

No que diz respeito ao primeiro conjunto de questões que se concentram na etapa prévia à formação, nomeadamente na divulgação, na comunicação e na seleção, o nível de satisfação é extremamente elevado, atingindo no caso do segundo campo níveis de excelência com 94,7% dos respondentes entre o excelente e o muito bom. Poder-se-á dizer, sem qualquer receio que o CFAE PPP é extremamente eficiente, por um lado, na divulgação junto dos docentes e nos posteriores contactos entre estes e o CFAE e, por outro, muito claro na seleção dos formandos para cada formação.

¹ A escala do questionário compreendia os seguintes níveis: 1 – insuficiente; 2 – razoável; 3 – bom; 4 – muito bom; 5 – excelente.

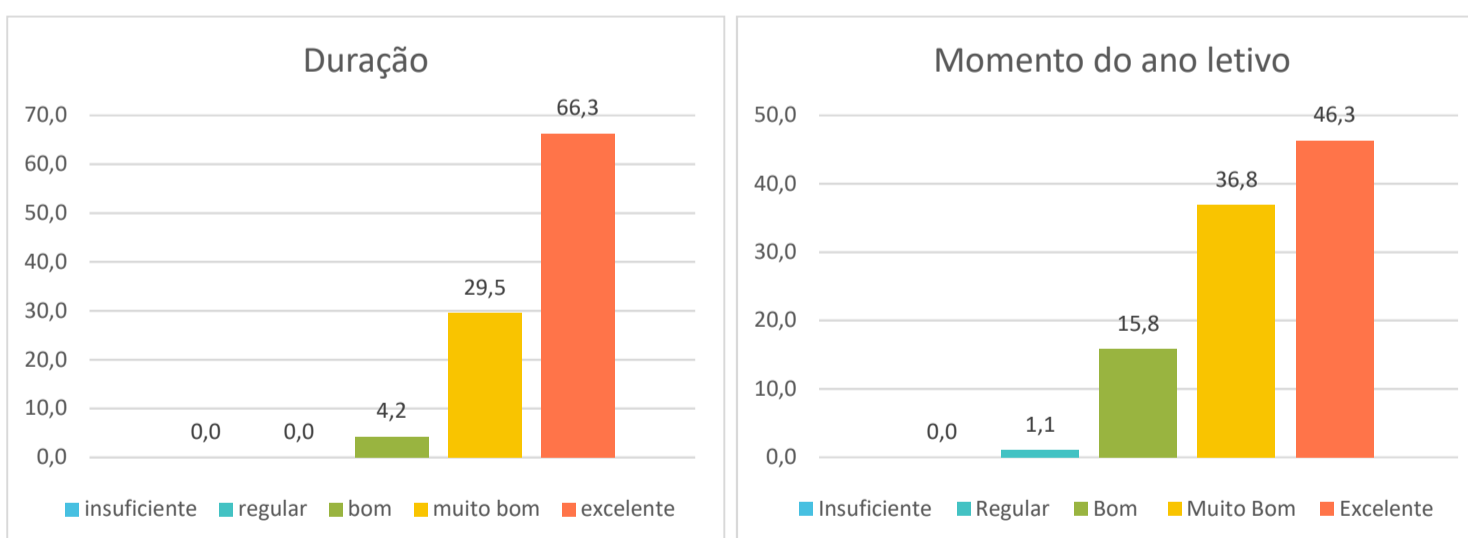


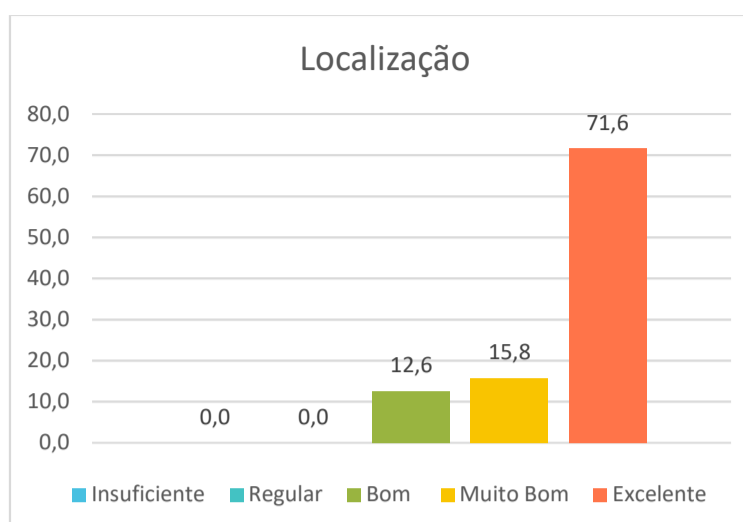
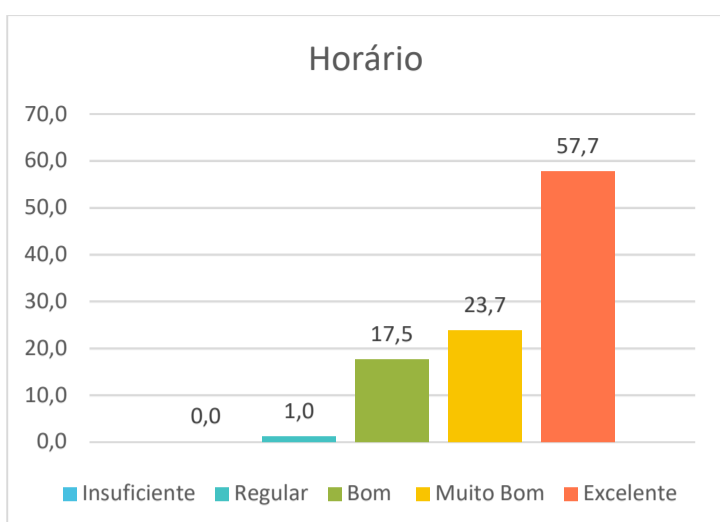
2. Duração, calendarização e localização

Começamos por salientar a questão relacionada com a localização das formações, recordando que o CFAE PPP abrange uma área geográfica extremamente extensa. Nesta questão, o nível de respostas nos níveis excelente e muito bom perfaz 87,4%, ficando os restantes 12,6% no “bom”, demonstrando a preocupação do CFAE de abranger toda a área geográfica de intervenção ao criar condições para que todos os docentes se possam deslocar para os locais da formação.

O mesmo nível de resultados encontra-se na “Duração das formações”, salientando-se a preocupação de ter uma formação variada entre ACD e Oficinas, indo ao encontro dos interesses e necessidades dos formandos, não só nas horas totais como no prolongar no tempo.

Quanto aos campos de “Momento do ano letivo” e “Horário”, apesar de não alcançar um índice tão elevado de “excelente” como nas respostas anteriores, atinge níveis muito positivos, estando, no momento da realização o “muito bom” e o “excelente” nos 83,1%, e no horário nos 81,4%. É, deste modo, evidente o esforço do CFAE em manter a qualidade das formações com formadores preparados quer científica quer pedagogicamente, e, como já referido, com a necessidade de se socorrer de formadores externos, é fácil compreender-se que podem realizar-se AF em períodos e em horários em que nem todos os formandos tenham facilidade. De qualquer modo, atendendo à quantidade de formações e ao trabalho que os docentes têm durante todo o ano letivo, seria impossível encontrar-se momento e horários que conviessem a todos.

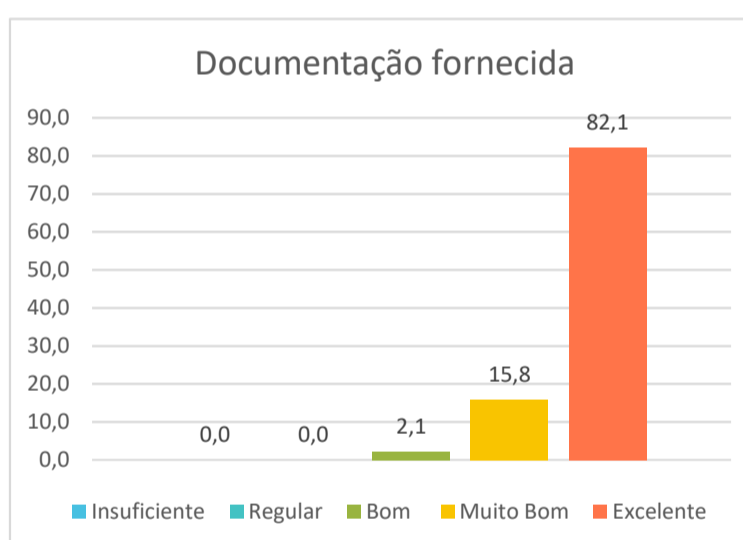
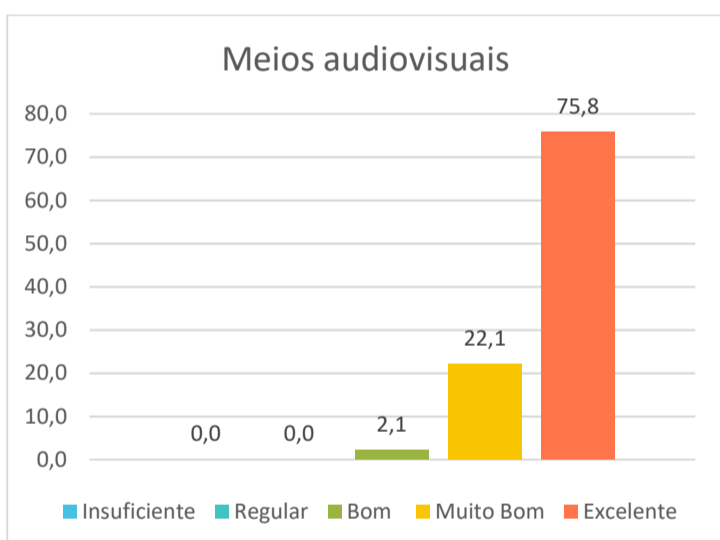


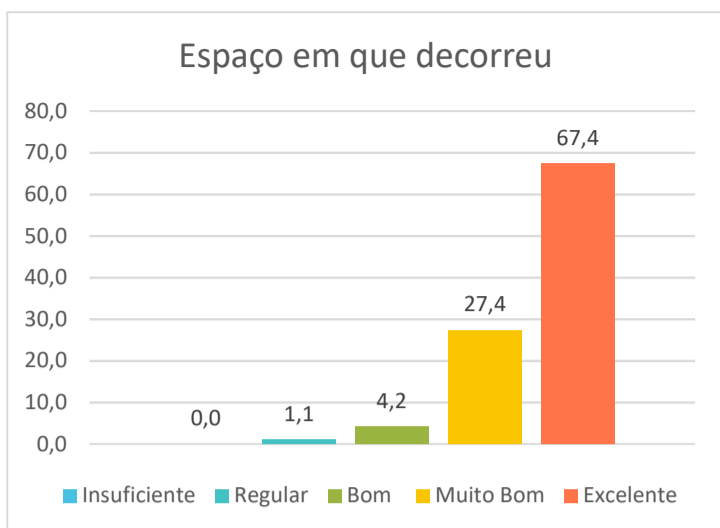


3. Meios e recursos

Neste contexto, os resultados são extremamente positivos, todos com níveis de “excelente” e “muito bom” acima dos 90% (97,9%; 97,9%; 94,8%), o que revela a preocupação não só do CFAE, mas também dos AE ou Escolas não agrupadas onde se realizam as Formações, em criar condições físicas e técnicas para que o trabalho seja da satisfação de todos.

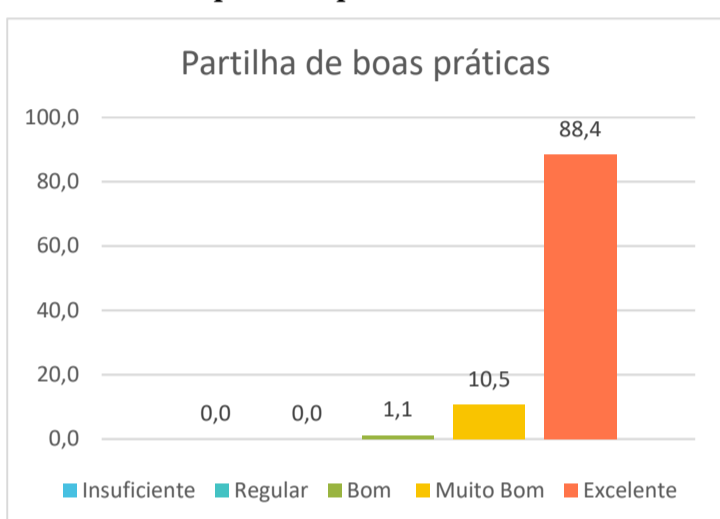
Não podemos deixar de ressaltar as respostas muito positivas (15,8% de *muito bom* e 82,1% de *excelente*) no que concerne à “Documentação fornecida” pelos formadores, o que substancia a qualidade dos formadores e a sua preocupação com questões que ultrapassam o tempo das sessões.





4. Ambiente de trabalho

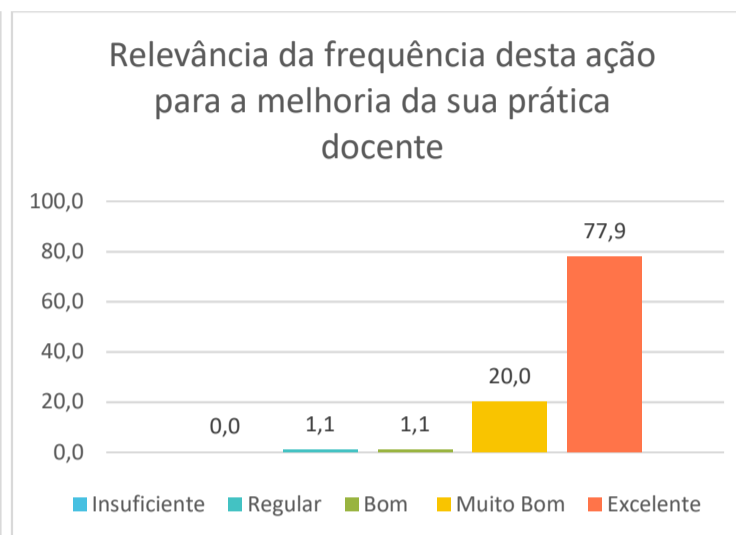
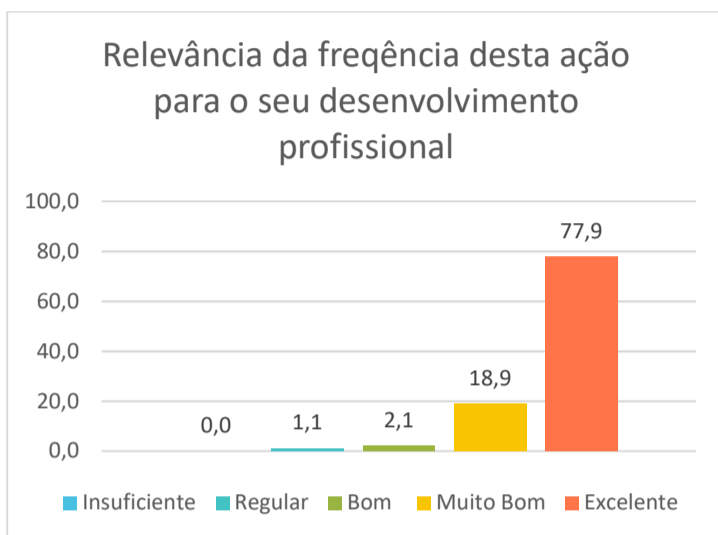
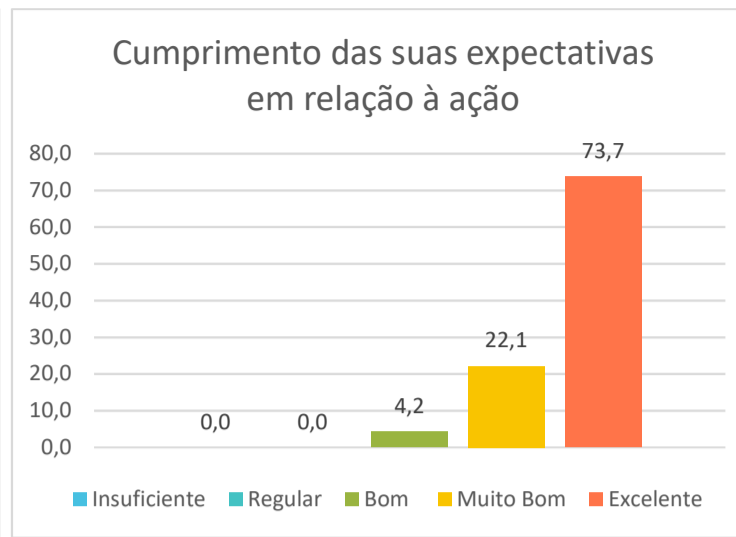
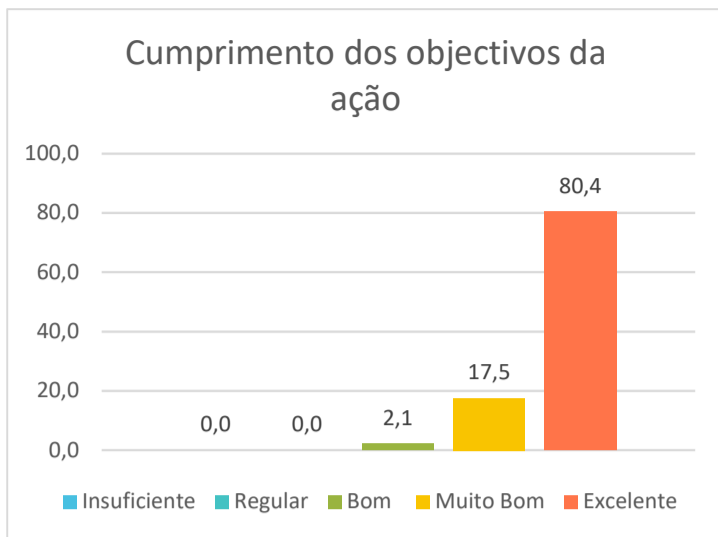
Pelas respostas apresentadas, pode-se inferir que o ambiente de aprendizagem nas sessões de formação é muito positivo, havendo espaço para o trabalho colaborativo e, sobretudo, para a partilha do trabalho realizado.



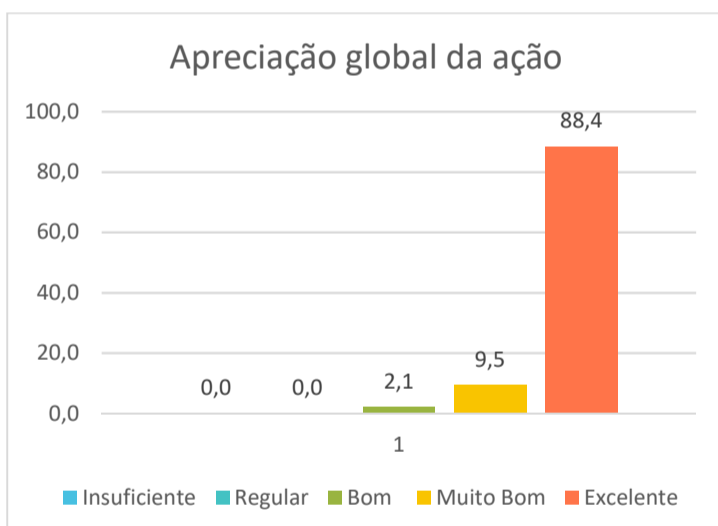
5. Cumprimento de expectativas, relevância e apreciação global

Fundamental é a representação dos formandos sobre o que a formação lhes forneceu, quer sobre os seus objetivos, quer pelas respostas às suas expectativas, quer pelo que a mesma lhes poderá oferecer no presente e no futuro da sua profissionalidade.

Os resultados nesta área são, tal como em todas as outras áreas, extremamente positivos, sempre consideravelmente acima dos 90% (se conciliarmos o “muito bom” com o “excelente”) mostrando-nos, os formandos, com este nível de respostas, a qualidade das Formações ao cumprir os objetivos e ao responder às suas expectativas, destacando-se a importância que dão tanto para o seu desenvolvimento profissional como para a melhoria da sua prática docente.



Por último, e para reforçar tudo o que foi dito, gostaríamos de salientar a resposta sobre a “Apreciação global da ação” em que as formações estão avaliadas em níveis de excelência, pelo que facilmente se reconhece que os formandos valorizam o trabalho do CFAE PPP, da sua gestão, dos seus formadores e, obviamente, da sua formação contínua.



2.3. Perceções dos formadores – relatório das AF

De seguida, faremos a análise dos relatórios dos formadores referentes às ações que dinamizaram e que fazem parte integrante da amostra.

Decorrente da leitura dos sete relatórios dos formadores, a análise de conteúdo centrar-se-á em torno das seguintes categorias:

- i) desenvolvimento da ação de formação;
- ii) dificuldades;
- iii) avaliação dos formandos;
- iv) trabalhos realizados pelos formandos;
- v) reparos, críticas e sugestões.

No que concerne ao desenvolvimento das ações de formação:

E relativamente à categoria especificada em i), decorreram como o planeado, tendo sido cumpridos os objetivos inicialmente previstos; foi notória a motivação e o reconhecimento dos formandos pela formação; o grupo de participantes apresentou excelentes níveis de participação e de realização, contribuindo para a construção de um clima muito positivo e para uma qualidade de trabalho elevada; os conteúdos foram acompanhados de exemplos educativos e decorreram no pressuposto de que “o conhecimento constrói-se não se transmite”;

Quanto à categoria ii), a partilha de dificuldades bem como a respetiva proposta de resolução norteou todo o percurso formativo; “[Do] Centro de Formação, houve sempre total disponibilidade para explicitação de dúvidas que iam surgindo relativamente à parte burocrática da ação.”;

No que concerne à categoria iii), os conteúdos abordados no decorrer da formação revelaram-se muito significativos e procuraram promover o desenvolvimento das competências dos docentes, capacitando-os para a realização de diferentes ações práticas e colaborativas e ainda para a implementação de atividades promotoras da aprendizagem e desenvolvimento das competências dos alunos;

Relativamente à categoria iv), revelou-se muito profícua com destaque para o trabalho de grupo, a construção de novos materiais didáticos, a dinâmica proposta de atividades de reflexão e de metodologias ativas, assim como a partilha de documentos e o desenvolvimento de metodologias de segurança na consulta e na produção dos mesmos. É de salientar igualmente o desenvolvimento de competências ao serviço do PASEO;

Por último, quanto à categoria v), todos entenderam a formação como uma experiência muito positiva, no entanto apresentaram duas críticas que, não incidindo diretamente com o trabalho do CFAE PPP, são de seguida apresentadas. Uma refere-se à sua disseminação, tendo o formador considerado que “acarretou um trabalho extra na

preparação das várias sessões com os colegas da escola, em termos de leitura e exploração dos conteúdos, construção das apresentações, questões dinamizadoras para reflexão e atividades práticas, o que aumentou significativamente a carga horária total e o trabalho inerente à oficina de formação”. Como sugestão, os formadores referem que os professores envolvidos “deveriam ver o tempo semanal de trabalho colaborativo considerado na sua componente não letiva”; A outra aponta para os critérios de avaliação e o formador iliba o CFAE PPP: “Sei bem que não é da responsabilidade do CFAE PPP, mas de decisões de âmbito mais geral, da influência dos grupos dos CFAE”. Refere que haverá uma interferência das redes dos CFAE nos critérios de avaliação delineados a partir da DGE e sugere “que no futuro haja maior cuidado com a especificidade de ações como esta, de matriz nacional e não local.”

Em suma, decorrente da leitura dos relatórios, em geral, há uma perceção positiva do impacto da formação nos formandos, uma vez que o trabalho por eles desenvolvido evidenciou um repensar das práticas à luz da reflexão e aprendizagens efetuadas bem como permitiu a introdução de novas propostas de trabalho com efeitos imediatos e outros já planeados e a integrar próximos projetos de sala e de escola.

Os formadores avaliaram, de uma forma global, as ações como muito positivas e produtivas para os formandos e com a perceção de um impacto real no desenvolvimento profissional, na valorização pessoal, motivada pelos momentos de reflexão, de partilha, de escuta ativa, de trabalho colaborativo e cooperativo vivido nas diferentes ações.

2.4. Síntese

O que resulta desta análise é uma grande convergência das perceções de formandos e formadores, da qual sobressai a qualidade da formação desenvolvida, o reconhecimento do cumprimento dos objetivos definidos para a formação e a concretização das expectativas dos formandos. Apesar de ter sido um plano da DGE, a comunicação existente entre o CFAE e os diferentes Agrupamentos resultou no desenvolvimento de um trabalho que foi considerado por todos de pertinência e interesse inegáveis.

Deste modo, é possível compreender que as perceções construídas pelos formadores e pelos formandos tenham sido claramente positivas relativamente à formação, tendo em vista o desenvolvimento de práticas colaborativas, interativas e baseadas na experimentação. Valorizou-se a aquisição de competências no âmbito das aprendizagens essenciais da Matemática, do papel das lideranças, a par da criação de ambientes inovadores e inclusivos que têm seguramente impacto muito relevante quer nas aulas quer nas escolas. Acresce referir a riqueza da reflexão produzida, a partilha de experiências e os materiais utilizados de forma a contribuir para a prossecução de práticas educativas sustentadas e produtivas.

3. Avaliação de Impacto

Para a avaliação de impacto, consideramos as reuniões realizadas com Grupos Focais (GF) constituídos por formandos e por formadores nos meses de outubro e novembro e de 2023. A realização dos GF foi muito enriquecedora, de profunda reflexão e de um claro compromisso com a transformação das dinâmicas em contexto de sala de aula e da vida organizacional.

Procuraremos, deste modo, avaliar impactos da formação, interpretando-os tendo por base uma análise de processos, de acordo com uma metodologia de tipo eminentemente interpretativo e qualitativo, com triangulação de fontes (Panayiotis & Leonidas, 2013). Importa, contudo, ressaltar que estaremos a efetuar uma avaliação de segundo nível, “em que a determinação de indicadores encontra sérias dificuldades” (Gouveia, 2010, p. 113), uma vez que as mudanças poderão resultar mais de outros fatores contextuais do que propriamente da formação em si.

Os GF foram concretizados *online*, em três momentos, através da plataforma Zoom, tendo sido dinamizados dois grupos focais, para formandos, nos dias 30 e 31 de outubro de 2023 e um terceiro, para formadores no dia 02 de novembro. No total, foram ouvidos vinte e três formandos e 5 formadores. As reuniões caracterizaram-se por um clima relacional muito agradável, num diálogo profícuo, e construtivo, mas com o espírito crítico necessário à melhoria da formação nos seus territórios educativos. Para não prejudicarmos a dinâmica dos grupos focais, registámos a perspetiva dos presentes face a todas as formações e não apenas àquelas que monitorizámos. Destacamos, em todos os GF realizados, a qualidade da reflexão produzida, a intenção dos vários participantes em partilhar de forma entusiástica o que representou/significou a formação, bem como o compromisso e a vontade de fazer mais e melhor nos seus contextos.

As questões colocadas foram comuns a todos os grupos focais e versaram sobre i) a pertinência do PRA e a sua correspondência às necessidades dos formandos/formadores; ii) o modo como o CFAE PPP preparou, organizou e estruturou o Plano; iii) a implantação do PRA e a sua implementação; iv) o impacto da formação.

No que respeita à pertinência do PRA, os formandos consideraram as ações uma mais-valia, pela atualização e pela relevância para a sua atividade profissional. Apesar de considerarem todos os eixos importantes, realçaram os seguintes: “Capacitar para avaliar” e “Recuperar com Matemática”. No caso do primeiro, sentiram-no como bastante válido, uma vez que veem como absolutamente necessário alterar o paradigma de avaliação, considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018. O segundo também se impõe, a seu ver, devido às novidades introduzidas no currículo de Matemática.

Relativamente à atuação do CFAE PPP em todo o processo, as palavras dos intervenientes foram extremamente elogiosas, salientando: antes do início das Formações a boa divulgação e organização com o disponibilizar de formação nas diversas áreas, exemplificando com o empenho do CFAE em envolver todas as lideranças dos AE e

Escolas não integradas na formação destinada às lideranças; a criação de turmas suplementares face à enorme procura e interesse por parte dos formandos; na criação da equipa multidisciplinar em que mensalmente se debatem temas e práticas de forma a tornar a Escola mais inclusivas; o empenhamento do CFAE na constante capacitação dos seus formadores, proporcionando-lhes formação, nomeadamente na Escola Superior de Educação de Santarém e na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, formação essa que os formadores consideraram fundamental para o elevar de qualidade do PRA; a facilitação do uso da plataforma do CFAE para a comunicação entre todos os envolvidos; salienta-se, ainda, o que muitos participantes referiram de o CFAE possuir uma equipa sempre disponível e muito próxima. Foi, ainda, enaltecido o trabalho do CFAE, na valorização e na implementação dos conceitos de partilha, na implicação no desenvolvimento das ações, constituindo-se como um eixo estruturante na promoção do sucesso educativo.

Em termos da implantação do PRA, todos consideraram que as metodologias foram as mais adequadas, com uma combinação entre sessões teóricas e práticas, proativas e dinâmicas, com tarefas perfeitamente adequadas à Sala de Aula, ao nível dos alunos e centradas nestes, sem nunca esquecer a ligação ao PASEO. Nos diferentes GF os conceitos de partilha, implicação, exigência e trabalho colaborativo foram amplamente evidenciados. A interação entre grupos disciplinares e de diferentes agrupamentos constituiu também um momento muito importante neste PRA dado que permitiu a realização de trabalhos em parceria, seja ao nível da elaboração de planificações, seja ao nível da aplicação de metodologias e de projetos com relevância na dinâmica organizacional.

Finalmente, consideraram que o impacto é evidente, uma vez que o PRA do CFAE PPP foi desenvolvido com muita qualidade e com claros benefícios para os formandos e para os agrupamentos. Destacou-se, em geral, a relevância da disseminação da formação junto dos outros colegas como ponto alto neste projeto, digno de particular relevância. Fizeram notar que as formações desenvolvidas se revestiram de enorme qualidade, com objetos formativos bem definidos, pertinentes e atuais. Foi referenciado, em geral, que a formação apresentada acrescenta e consolida temáticas da maior relevância para o sistema educativo e para a vida dos agrupamentos. Em especial, em algumas áreas científicas, os docentes ficaram com uma perceção mais clara do que se pretende das Aprendizagens Essenciais.

Muitos foram os exemplos da articulação entre a formação ministrada e as mudanças não se ficaram só na prática pedagógica, mas também nas comunidades escolar e educativa bem como se capitalizou a formação para uma preparação atempada e cuidada do ano letivo de 2023/2024, tornando as Escolas mais inclusivas e mais capazes.

Para concluir, não podemos deixar de referir a criação de uma Publicação Digital que um participante de um GF teve a simpatia de nos fazer chegar. A revista é constituída por 13 artigos, onde estão explanados temas pertinentes para os docentes e para toda a comunidade escolar, dos quais salientamos: “Caminhos da afirmação digital da escola”; “Cteam para disciplinas não cteam-a emergência da inclusão de outras áreas do conhecimento”, “Projeto interdisciplinar: a literatura e as artes de mãos dadas com as ciências”; “O papel da interculturalidade”; “Novas aprendizagens essenciais de

matemática, e agora o que fazemos?"; "Principais barreiras identificadas pelas lideranças na promoção de ambientes inclusivos".

4. Considerações Finais

Concluído o presente relatório, fica, deste modo, encerrado todo o processo de monitorização e avaliação de impacto da formação realizada no CFAE PPP. As fases do processo de monitorização externa, acordadas no protocolo celebrado entre a ESE/Porto e o CFAE, explicam a estruturação deste documento. Importa, agora, retomar os pontos fortes evidenciados pela atividade do CFAE PPP, no âmbito do PRA, bem como explicitar algumas sugestões de melhoria, podendo constituir-se como um momento de reflexão a realizar nos seus órgãos e estruturas e servir de estímulo ao desenvolvimento da sua estratégia e práticas formativas futuras, considerando os aspetos sublinhados na avaliação de processo e na avaliação de impacto, quando confrontados com os planos de ação previamente delineados e com as práticas existentes ao nível do CFAE.

Entre os pontos fortes podemos destacar:

1. Avaliação muito favorável da formação por parte dos formandos quanto aos contributos para a atividade profissional, em particular ao nível da didática da matemática bem como das mudanças das práticas, organizacionais, mormente ao nível das lideranças e da criação de ambientes inovadores e inclusivos;
2. Avaliação claramente positiva dos formadores relativamente à qualidade da formação desenvolvida, ao empenho e ao reconhecimento muito valorizado pelos formandos;
3. Conhecimento do contexto real pela generalidade dos formadores;
4. Incorporação de novas metodologias e de recursos didáticos físicos e digitais em prol da melhoria das práticas profissionais, em particular no âmbito das Aprendizagens essenciais na Matemática;
5. Reconhecimento de que o plano de formação, ainda que determinado pelo Ministério, correspondeu às expectativas criadas e respondeu às necessidades e expectativas dos AE e Escolas não agrupadas;
6. Índice elevado de interesse dos docentes pela oferta formativa, tendo sido frequentemente solicitada/sugerida a continuidade das ações de formação das áreas propostas no PRA;
7. Desenvolvimento de processos reflexivos, bem evidentes e muito consistentes, como motor para a criação de aulas inovadoras e transformadoras a par de dinâmicas organizacionais transformadoras;
8. Organização do plano de formação privilegiando modalidades de formação ativas que respondem a necessidades reais das escolas;

9. Capacidade do CFAE em organizar, em dinamizar e em propiciar formação de qualidade ao serviço dos diferentes agrupamentos;
10. Representações positivas sobre o impacto da formação na atividade letiva (alteração de metodologias e criação/ajuste de recursos);
11. Disponibilização de formação de qualidade aos formadores;
12. Criação de uma Publicação Digital sobre assuntos e temáticas relevantes para os docentes e demais comunidade escolar.

Todos os pontos evidenciam o esforço constante do CFAE PPP em proporcionar uma formação de qualidade aos seus professores, mesmo quando as condições não são as mais favoráveis devido ao número, à especificidade dos recursos humanos (formadores) e à ampla extensão geográfica coberta pelo CFAE, que abrange um vasto número de AE e de Escolas não agrupadas.

No que diz respeito a aspetos suscetíveis de melhoria, apresentamos as seguintes sugestões/recomendações:

1. Acautelar a disseminação da formação de forma a garantir o cumprimento dos objetivos propostos;
2. Continuar a incentivar os Agrupamentos a criarem momentos formais de partilha da formação recebida;
3. Assegurar a continuidade de formação voltada para os interesses demonstrados por formandos docentes e não-docentes;
4. Promover a continuidade de formação orientada para os pressupostos dos eixos propostos no PRA: 1: ensinar e aprender; 2: apoiar as comunidades educativas; 3: conhecer e avaliar;
5. Continuar a aposta nas áreas de docência e nas didáticas específicas não contempladas pelo PRA (face à sugestão expressa nos inquéritos e nas necessidades expressas nos planos de formação específicos dos agrupamentos/escolas).

A ESE/PPorto está ao dispor para o esclarecimento de dúvidas ou questões que decorram do processo de monitorização e dos resultados desse processo apresentados neste relatório, num espírito de participação e responsabilização, no sentido de garantir a

qualidade dos serviços prestados à comunidade, da formação, no geral, e o sucesso escolar, em particular.

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, 29 de dezembro de 2023.

Referências

Canha, M. (2013). *Colaboração em didática – Utopia, desencanto e possibilidade*. Universidade de Aveiro.

Castro, J. & Marques, M. (2015). Colaboração entre professores e autoeficácia docente: Que relações? *Revista Portuguesa de Educação*, 28(2), 87-109.

Conselho de Ministros (2020). Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020. Diário da República n.º 78/2020, Série I de 2020-04-21.
<https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselhoministros/30-2020-132133788>

Gouveia, J. (2010). *Supervisão e avaliação da formação. Metodologias para a avaliação de competências no processo formativo*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Salamanca.

Martins, G. et al (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação.

Panayiotis, A. & Leonidas, K. (2013). A Dynamic Integrated Approach to teacher professional development: Impact and sustainability of the effects on improving teacher behaviour and student outcomes. *Teaching and Teacher Education*, 29, 1-12.

Pinto, J. (2006). *Modelos de Direcção, Administração e Gestão Escolar. Contributos para uma nova gestão financeira*. Universidade Portucalense.

Anexos

Anexo 1 - Plano de Formação PRA 21/23

										
Recuperação das Aprendizagens										
	Designação da Ação	Formadores	Data de realização				Formandos com avaliação	Desistentes		
PRA_01	Aprendizagens essenciais de Matemática para o 1.º ciclo do Ensino Básico	António Linhares	SETEMBRO	20	FEVEREIRO	14	2023	16	0	
PRA_02	Aprendizagens essenciais de Matemática para o 1.º ciclo do Ensino Básico	António Linhares	SETEMBRO	19	FEVEREIRO	13	2023	8	1	
PRA_03	Aprendizagens essenciais de Matemática para o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos de escolaridade	Paula Flores	OUTUBRO	26	ABRIL	26	2023	11	1	
PRA_04	Aprendizagens essenciais de Matemática para os 5.º e 6.º anos de escolaridade	Cristina Fonseca	OUTUBRO	19	MARÇO	22	2023	12	0	
PRA_05	Aprendizagens essenciais de Matemática para os 5.º e 6.º anos de escolaridade	Olga Seabra	OUTUBRO	4	MARÇO	28	2023	9	1	
PRA_06	Aprendizagens essenciais de Matemática para os 5.º e 6.º anos de escolaridade	Raquel Basto	SETEMBRO	27	MARÇO	14	2023	9	0	
PRA_07	Aprendizagens essenciais de Matemática para os 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade	Cristina Cruchinho	SETEMBRO	20	FEVEREIRO	7	2023	19	0	
PRA_08	Aprendizagens Essenciais de Matemática A para o Ensino Secundário	Ana Paula Machado e Justina Neto	SETEMBRO	21	NOVEMBRO	23	2023	11	1	
PRA_09	Aprendizagens Essenciais de Matemática A para o Ensino Secundário	Ana Paula Machado e Justina Neto	SETEMBRO	26	NOVEMBRO	29	2023	6	0	
PRA_11	Aprendizagens Essenciais de Matemática B e Profissional para o Ensino Secundário	Carla Carvalho	SETEMBRO	26	NOVEMBRO	28	2023	4	1	
PRA_12	Aprendizagens essenciais de Matemática para os 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade	Raúl Gonçalves	OUTUBRO	13	MARÇO	23	2023	18	0	
PRA_13	As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos	Pedro Flores e Fátima Sousa	MAIO	4	julho	12	2023	13	0	
PRA_14	As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos	Pedro Flores e Fátima Sousa	JUNHO	1	julho	12	2023	19	1	
PRA_15	As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos	Pedro Flores e Fátima Sousa	JUNHO	19	julho	12	2023	16	0	
PRA_16	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	ABRIL	18	MAIO	16	2023	18	0	
PRA_17	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	MAIO	23	junho	21	2023	15	2	
PRA_18	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	SETEMBRO	4	SETEMBRO	19	2023	17	1	
PRA_19	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	SETEMBRO	20	outubro	12	2023	20	0	
PRA_20	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	OUTUBRO	13	NOVEMBRO	6	2023	17	1	
PRA_21	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	NOVEMBRO	8	NOVEMBRO	29	2023	18	1	
PRA_22	Para a Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica: desenvolvimento e concretização dos Projetos de Intervenção	Anabela Gil e Laura Guimarães	OUTUBRO	19	NOVEMBRO	30	2023	6	0	
PRA_24	Avaliação Pedagógica II: Projetos de Intervenção nos domínios do ensino, aprendizagem e avaliação	Anabela Gil e Laura Guimarães	FEVEREIRO	16	JUNHO	26	2023	13	0	
PRA_26	PRA_26 Oficina de escrita criativa e de oralidade	Gracinda Eugénia	JANEIRO	18	MAIO	3	2023	11	0	
PRA_27	Metodologia do ensino do Francês – didática do género para professores de português /francês	França Teles	OUTUBRO	21	NOVEMBRO	27	2023	11	2	
PRA_28	A IMPORTÂNCIA DAS CARTAS GEOLÓGICAS NO ENSINO DA GEOLOGIA: O CASO ESPECÍFICO DA FOLHA 9-D (PENAFIEL)	Paulo Rocha	SETEMBRO	4	SETEMBRO	18	2023	25	0	
PRA_30	A Física e o movimento	Ana Rita Costa	SETEMBRO	24	DEZEMBRO	3	2022	19	1	
PRA_31	Didática e Práticas de ensino na Educação Literária no Pré-escolar e 1º ciclo	Lurdes Gonçalves	OUTUBRO	18	MAIO	5	2023	17	1	
PRA_32	Desenvolver a produção escrita no início da escolaridade	Teresa Limpo	FEVEREIRO	22	MAIO	17	2023	15		
PRA_33	As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos	Pedro Flores e Fátima Sousa	SETEMBRO	29	NOVEMBRO	24	2023	8	0	
PRA_34	Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula	Luís Matos e Margarida Moura	OUTUBRO	3	NOVEMBRO	30	2023	22	0	
PRA_35	Didática e Práticas de ensino na Educação Literária no Pré-escolar e 1º ciclo	Lurdes Gonçalves	outubro	10	novembro	28	2023	20	0	
ACD_01	Novas Aprendizagens Essenciais de Matemática no Ensino Secundário	Jaime Silva e João Almiro	outubro	25			2023	22	0	
								Totais	465	15

Apêndices

Apêndice 1 - Plano de monitorização – ESE/PPorto – Plano de Recuperação das Aprendizagens

Momento	Objeto	Items a considerar	Procedimentos Metodológicos	Crítérios
INICIAL	O PLANO DE FORMAÇÃO E O PROCESSO DA SUA CONSTRUÇÃO	-levantamento de necessidades -priorização -abrangência do plano -adequação aos destinatários e à situação de partida -qualidade intrínseca do projeto	Análise de conteúdo Entrevistas ao Diretoe do CFAE	-relação com PEA/PEE; -relação com políticas educativas; -grau de participação -rigor -coerência interna
FINAL	A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO (Dados a fornecer pelo CFAE)	-resultados obtidos; -valoração -continuidade: medidas a introduzir para melhoria da ação	Análise de conteúdo dos documentos em uso nos CFAE (questionários aos formandos; relatórios dos formadores e de consultores de formação) Análise estatística dos indicadores de realização física das ações	Níveis de concretização; meios utilizados na determinação dos resultados; adequação das abordagens metodológicas; controlo interno do plano; grau de participação dos interessados.
PÓS-FORMAÇÃO	OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO	-Efeitos da formação nas práticas dos docentes -Produção do Relatório Final	<i>focus group com responsáveis dos Agrupamentos</i> ; <i>Submissão</i> prévia do esboço de Relatório Final	<i>Empowerment</i> dos formandos Adequabilidade da formação Acessibilidade da formação Transferibilidade para o campo das práticas educativas